

# Uma chance para o Lago Paranoá

## Administrações prometem mais rigor contra os crimes ambientais

ALINE FONSECA

**A**pós o feriado da Semana Santa, as Administrações Regionais dos Lagos Sul e Norte vão se mobilizar com o objetivo de tentar conter, de forma mais efetiva, os crimes ambientais cometidos no Lago Paranoá.

Para tanto, as administrações querem fazer parcerias com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) e, a partir daí, resolver os problemas que as marinhas, píeres e aterramentos causam à orla do Lago, conforme o *Jornal de Brasília*

vem denunciando em uma série de reportagens.

No Lago Norte, a administração fará um relatório apontando os locais com irregularidades.

No Lago Sul, a administradora Natanry Osório pretende começar a discussão com os moradores sobre a questão o mais rápido possível. Ela admite que há vários problemas na orla do Paranoá e que muitos moradores abusam ao aterrarr o Lago para a construção de áreas de lazer.

"Alguns pontos deverão ser negociados, mas a princípio sou radicalmente contra todo e qualquer aterramento no Lago", afirma Natanry.

De acordo com ela, o aterramento é inquestionável e há

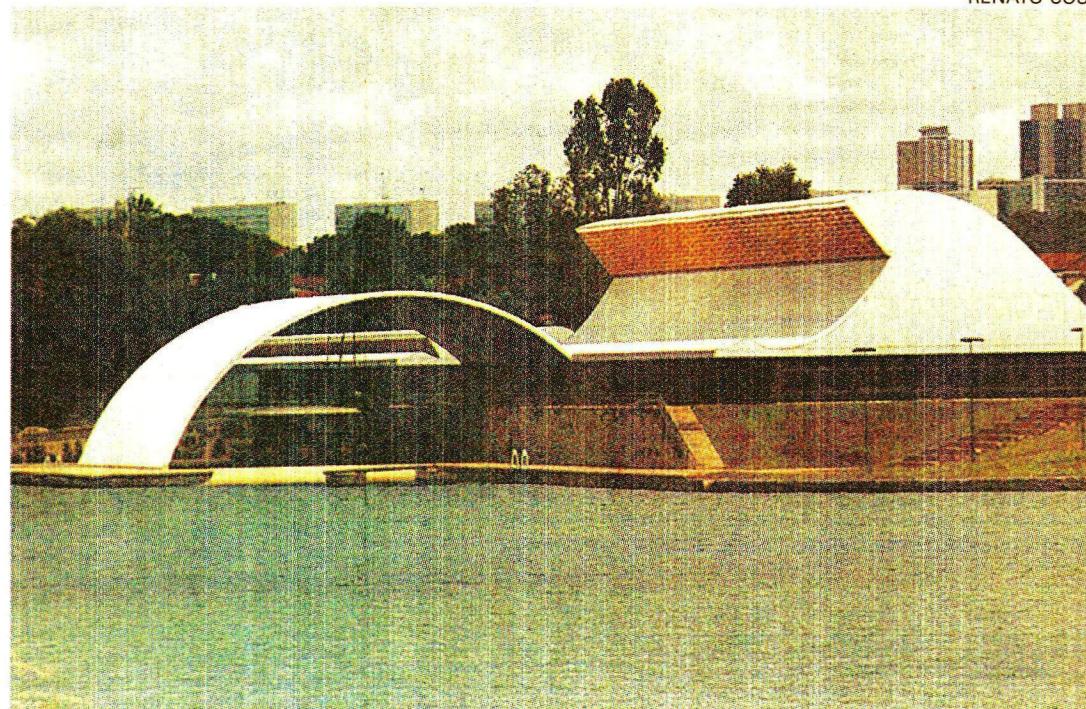
décadas se fecham os olhos para as construções irregulares. "O assoreamento do lago é visível, tanto que já existem áreas onde as lanchas não podem mais trafegar", diz.

Pelo Código Florestal, lagos, lagoas e rios são áreas de preservação permanente e devem ter suas margens protegidas em no mínimo 30 metros. Para a Gerência Executiva do Ibama no DF, responsável pela Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, as administrações regionais devem começar a se responsabilizar também pela fiscalização ambiental, inclusive dos loteamentos irregulares.

O Ibama já enviou cartas a todas as administrações para que informem os parcelamentos ilegais e outras irregularidades. "É muito mais fácil para as administrações fiscalizar porque têm uma área menor para fazer isso", afirma o técnico do Núcleo de Licenciamento do Ibama, Roberto Petterle.

Um dos grandes problemas na fiscalização do aterramento do Lago é a falta de uma norma de conduta para a construção de marinhas e píeres. Esse tipo de obra precisa de licença ambiental da Semarh, em que é feito um estudo de impacto ambiental para detectar possíveis problemas com essas construções.

RENATO COSTA



No Lago Norte, o Centro de Reabilitação do Sarah Kubistchek não joga nenhum detrito no lago